

História e literatura: a ficção teórica de Michel de Certeau como ferramenta heurística para a investigação da poesia de Adélia Prado

History and literature: Michel de Certeau's theoretical fiction as a heuristic tool for the investigation of Adélia Prado's poetry

Isaiás Gabriel Franco

Mestre e doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
isaiasgabrielfranco@gmail.com

Recebido em: 25/07/2021

Aprovado em: 07/04/2022

Resumo: As aproximações e os embates por parte dos historiadores em torno das possibilidades de diálogo entre História e literatura é uma questão antiga e longe de se encerrar. Tendo como temática específica a poesia da mineira Adélia Prado, o presente artigo busca em sua estruturação, pensar a relação epistemológica entre os dois campos ao longo da História, fazendo para isso um breve esboço de caminhos já delineados e enfatizando noção de “ficção teórica” de Michel de Certeau, como um horizonte interpretativo singular acerca das interfaces entre os discursos ficcional poético e historiográfico contemporâneo.

Palavras chave: Ficção teórica; Michel de Certeau; Adélia Prado.

Resumen/Abstract: The approaches and clashes on the part of historians regarding the possibilities of dialogue between history and literature is an old question and far from over. Having as a specific theme the poetry of Adélia Prado from Minas Gerais, this article seeks, in its structure, to think about the epistemological relationship between the two fields throughout history, making a brief outline of paths already outlined and emphasizing the notion of "theoretical fiction" of Michel de Certeau, as a singular interpretative horizon about the interfaces between fictional poetic and contemporary historiographical discourses.

Palabras clave/Keywords: Theoretical fiction; Michel de Certeau; Adélia Prado.

Introdução

O debate não é de hoje: quais são as proximidades e quais são os distanciamentos entre os saberes da História e da Literatura? Em que medida o historiador contemporâneo pode abordar produções literárias não somente como fonte de reconfiguração ou evocação de determinadas experiências no tempo, mas como uma linguagem que mantém liames com

o discurso historiográfico? Pesquisando tal relação, de cunho epistemológico, elegi para este artigo como específica temática de estudo a noção de ficção teórica de Michel de Certeau, como ferramenta heurística para um mergulho na poesia; mais especificamente neste caso, na poesia de Adélia Prado.¹

Mineira de Divinópolis, Adélia Luzia Prado de Freitas (1935- até o presente) é filha de um ferroviário, João do Prado Filho, e de uma dona de casa, Ana Clotilde Corrêa. Alfabetizou-se em sua própria cidade, onde vive até hoje. Foi reconhecida inicialmente, no campo literário, por Carlos Drummond de Andrade, que por intermédio de Affonso Romano de Sant’Anna dedicou-lhe uma crônica intitulada “De animais, Santo e gente” no *Jornal do Brasil* de 9 de outubro de 1975. A partir daí, a carreira da escritora alçou voo até alcançar o amplo reconhecimento que hoje possui. Em 1976, lançou aquele que foi o primeiro de seus muitos livros: *Bagagem*. Obra e autora, confundem-se, intercalam-se. Apresentar ou falar de Adélia é falar de sua escrita; falar da escrita é não menos que falar de Adélia: “Para compreender essa poesia, é preciso redesenhar o contexto histórico no qual a escritora se formou e continuou a atuar”. (MASSI, 2016, p.510). Assim, dado que sua escrita é uma forma de subjetivação e não apenas um exercício intelectual puramente abstrato, a escolhi como tema de uma reflexão por um viés epistemológico e não poético ou biográfico propriamente ditos.

Em paralelo, para refletir sobre as questões epistemológicas acima mencionadas, vislumbrei em Michel de Certeau, particularmente em sua noção de “ficção teórica”, um horizonte interpretativo singular acerca das interfaces entre os discursos ficcional poético e historiográfico contemporâneo. Francês de Chambéry, Michel de Certeau (1925-1986), foi um padre, teólogo e psicanalista jesuíta muito ligado a reflexões em torno da cultura popular e suas práticas, do misticismo e da psicanálise. De formação transversal, Certeau que era filósofo interessou-se também pela escrita da História em seus pontos de afinidade com a escrita literária. E é por esta última faceta, que o intelectual francês tornou-se particularmente interessante para este trabalho.

Este artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, proponho-me a esboçar de forma sucinta alguns caminhos acadêmicos traçados nessa investigação de claro feito interdisciplinar, detendo-me principalmente na História da Literatura. Na segunda

¹ Este trabalho é parte do trabalho desenvolvido durante a minha pesquisa de mestrado. Alguns trechos foram retirados das reflexões da dissertação.

parte, trago uma definição mais detida sobre a noção de “ficção teórica” em interface com a poesia adeliãna com a qual venho trabalhando.

Um breve esboço de caminhos traçados

A despeito de pautarem-se em premissas e lugares institucionais distintos, ambos os discursos possuem um “fio” que os une: a escrita. É assim que se pode iniciar uma reflexão sobre o fazer historiográfico e o fazer literário. Quais os limites e as permeabilidades entre História e ficção? ou melhor dizendo: entre História e escrita literária? Quais as saídas epistêmicas para esta investigação?

Possíveis respostas a essas questões, que estão longe de serem dadas como terminadas, podem ser reportadas a uma querela que tem suas raízes na própria Antiguidade grega. Mais especificamente, elas contrapõem a escrita tida por “poética” e épica de Homero e a prosa tida como “historiográfica” e portanto mais “realista” de Heródoto e Tucídides:

Enquanto a filosofia, especializando-se, desde seu princípio, em pensar o pensamento, estabelecia uma complexa rede conceitual, com Heródoto e logo Tucídides, a escrita da história contentava-se em separar-se de Homero e registrar o que ouvira e vira, ou apenas o que lhe fora contemporâneo. Sua diferença com a épica e os gêneros poéticos que se acrescentavam por certo existe, embora seja muito pouco desenvolvida (COSTA LIMA, 2006, p.16).

Note-se que no cerne destas questões acima colocadas, e já nas disputas entre a épica homérica e a prosa tucidiana encontra-se o dilema do “dizer” melhor a realidade dos fatos. Inicialmente, a *mimesis*, significava não imitação a realidade, mas mascaramento de uma presença de fato ali velada.² Somente no renascimento é que isso muda,³ não sendo mais *Mimesis* a palavra de ordem, mas *Imitatio*:

² “Como deverbais de *mímeisthai*, a palavra mimese se liga inicialmente as práticas de encenação iniciáticas dos cultos dionisíacos, dos cultos de Ártemis e da Gorgó, entidades ligadas a todas as manifestações da alteridade na vida humana: Dioniso com o teatro, a loucura, a embriaguez, o transe, o delírio, a mascarada, o disfarce; Ártemis, a deusa das margens, dos locais onde a água se mistura à terra, governa a passagem da cultura à barbárie, e vice-versa, da adolescência à idade adulta (cabe lembrar que o termo concretizador da função iniciática, *agogé*-transporte, condução -tem a mesma raiz que explica a instrução cívica, o instrutor: *agógos*. A função de Ártemis, portanto, se manifesta no controle, na mediação e na recondução da alteridade [...] Em todo esse contexto, *mímeisthai* jamais significa imitar, e sim mascarar, representar, ficcionalizar” (BACAMARTE, 1992, p.184-185).

³ “[...] Uma pintura de Vênus ou de um cupido só fazia sentido como *imitatio*, e não como presentificação da divindade: pintava-se “Marias” que não eram a Maria, mas, sim, uma referência à iconografia tradicional. Se “Marias” e “cupidos” só podiam ser vistos como ficção, as imagens, que inicialmente eram *verdade*, passaram a ficar imersas em ambiguidade: a arte deixava de ser original no sentido *religioso* (como presença da divindade) para se tornar original no sentido *artístico* (como criação de um sujeito sob os parâmetros normativos-judicativos da *imitatio*)” (CHAGAS, 2018, p.187).

Imitar, no "Renascimento", constitui uma categoria gnoseológica: imitam-se os clássicos, imita-se a natureza, imita-se a obra e a palavra de Deus. Mas como toda linguagem é opaca, como a palavra nunca diz totalmente a coisa, o discurso se torna metáfora [...] (BACAMARTE, 1992, p.184).

Outro momento-chave importante para a compreensão dessa relação entre os campos historiográfico e ficcional processou-se no decorrer do século XVIII. Consolidou-se então o entendimento, a literatura, de que a representação ou *mimesis* reporta-se a dimensões criativas/inventivas ou intersubjetivas, que por sua vez ultrapassam a experiência empiricamente vivenciada.⁴ Já para o conhecimento histórico, subsiste um cuidado metucioso com a remissão a práticas e sensibilidades tecidas no cotidiano e/ou na dinâmica das relações sociais e de poder travadas em uma dada temporalidade. Isso nasce com a tentativa de cientifização da História e a separação dos campos disciplinares, de forma que a grosso modo, a literatura tem sido associada, desde então, ou seja, meados do século XVIII,⁵ à esfera do ficcional, enquanto a história apregoa seu vínculo ao que é “existente”.

Esse debate remonta ao final do século XIX, posicionando de um lado defensores da ideia de uma razão científica única aplicável a todo e qualquer campo do conhecimento, inclusive a história (essa ala foi alcunhada de “positivista”); e de outro, os defensores da existência de um nicho epistemológico próprio para as ciências do espírito (essa é a postura dos historicistas, como Dilthey) (MALERBA, 2016, p.20).

Dizer sobre as relações entre dois campos, é assim uma atividade complexa e que traz em si muitos nuances. Outro momento-chave desdobrou-se nos 60 e 70 do século XX, onde muitas mudanças sociais ocorreram⁶ e onde surgiu também uma grande “reviravolta” epistêmico-cultural, também conhecida como *giro linguístico*, que abalou e mudou a maneira de se compreender os parâmetros pelo qual se pautava um historiador:

Desde a década de 1960, porém, esse debate se acirrou por causa do *linguistic turn*, a partir do qual se passou a argumentar que a construção da narrativa histórica nada tem a ver com a experiência dos homens no

⁴ “Recorrer à ficção (inventando-a, ou usufruindo da invenção alheia) é alargar, por um momento, o espaço do real, é dirigir os nossos passos para zonas normalmente vedadas ... Toda obra literária, mas de um modo particular se ela é de caráter fantástico, institui, efetivamente, um mundo possível, diferente do da experiência, mundo esse que é necessário e suficiente estar sujeito a adequadas regras de coerência (SAGRE, 1989, p.45-46 *apud* CAPANEMA, 2020, p.184).

⁵ “[...] o divórcio entre história e literatura resulta de um antiquíssimo processo, além de exigir demasiado tempo para ser relatado; tal ruptura – patente desde o século XVIII como efeito da divisão entre as “letras” e as “ciências” – foi institucionalizada no século XIX pela organização universitária” (CERTEAU, 2016, p. 91).

⁶ O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012), tachou de “breve” o século XX em sua obra “Era dos Extremos”. A alcunha dada ao período, se deve às imensas mudanças culturais, políticas, tecnológicas e sociais que ocorreram de 1914 à 1991. Só nas décadas de 1960 e 1970 por exemplo, podemos citar por alto: A ida do homem à lua 1969, Guerra do Vietnã, movimento da contracultura, o movimento de maio de 1968 e as inflexões no movimento feminista (HOBSBAWM, 1995).

tempo, com as ações humanas passadas, nem com fontes ou metodologias científicas de pesquisa, mas é totalmente guiada por protocolos linguísticos e que as histórias contadas por historiadores são em grande medida considerações literárias e ficcionais sobre o passado (MALERBA, 2016, p.23).

Como aponta Jurandir Malerba (2016, p. 24), tal mudança deveu-se em parte à atuação de filósofos de tradição anglo-saxã analítica como Arthur Danto, Morton White, W.B Gallie Willian Dray e Louis Mink. Posteriormente, nos anos 70, tal linha teria sido secundarizada em favor da corrente pós-estruturalista, do surgimento das teses do historiador e teórico da literatura norte-americano Hayden White (MALERBA, 2016, p.24) e do livro *A ordem dos discursos* de Michel Foucault. Embora não pertencente à vertente linguística, alguns dos escritos de Michel de Certeau, reunidos na coletânea *História e Psicanálise entre ciência e ficção* podem aqui ser alocados como importante reflexão para as mudanças que se passavam por então.

Outro fator importante nas transformações epistêmico-culturais empreendidas no período foi a chamada *Nova história*⁷, criada pela Academia francesa, segundo a qual a literatura (em seus diferentes gêneros) passa a constituir relevante objeto de estudo por parte dos historiadores. A particularidade e importância dessa proposta, consiste na multiplicação dos objetos de estudo, no afastamento de visões globais e sintéticas e na ampliação do campo da História, fazendo neste processo uma ligação ainda mais radical entre o presente e o passado. É o momento que o historiador se interroga acerca inclusive, das condições teóricas e institucionais da área (REIS, 1996, p.88-89).

De forma concomitante, todo esse debate ganha contornos particulares no Brasil, com destaque ao papel exercido pela História da Literatura, um campo do saber histórico que veio a ser promovido desde o século XIX, em consonância com a busca de elementos identitários das nacionalidades. Cabia então à História da Literatura “não apenas a recuperação do acervo literário das comunidades nacionais, como a elaboração de um discurso que, construído a partir desse acervo, comprovasse a existência de uma unidade cultural no âmbito dessas mesmas comunidades” (BAUMGARTEN, 2014, p. 8).

Essa dinâmica intelectual encontrou significativa acolhida no Brasil oitocentista, quando História e Literatura foram aproximadas ao se pensar a constituição da nacionalidade

⁷ Proposta vinculada à terceira geração da Escola francesa dos *Annales*, que teve em *Faire de L'Histoire*, obra coletiva em três volumes organizada por Jaques Le Goff e Pierre Nora, uma de suas publicações mais famosas. O segundo volume dedica-se à análise dos *nouvelles approches*, entre as quais a literatura (REIS, 1996, p.88).

e, mais ainda, para contar e cantar a nação – seja pela demarcação e atribuição de valor e significado aos acontecimentos, seja pela procura de compreensão das relações estabelecidas no conjunto da sociedade. As nomenclaturas atribuídas a esses saberes – História do Brasil e Literatura Brasileira – os vincularam, fortemente, aos espaços e significações nacionais, fazendo-os operar como rótulos, tendo em vista a diversidade e variabilidade das línguas através das quais as múltiplas literaturas ganham existência, conferindo força à demarcação do recorte nacional (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p. 48).

Contudo, o cuidado com a precisão factual e cronológica, a formulação do sentido histórico a partir de relações de influência e outros elementos configuradores do conhecimento histórico hegemônico entre o final do Oitocentos e as primeiras décadas do século XX fizeram com que a História da Literatura viesse a ser questionada.

Nesse ínterim, propostas interpretativas advindas da Teoria da Literatura adquiriram relevância. Duas publicações, a despeito da diversidade de suas abordagens, assumiram o papel emblemático de tentativa de desvinculação da historiografia literária tradicional: “de um lado, *A formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido; de outro, *A literatura no Brasil*, organizada por Afrânio Coutinho. Em ambos os casos, o que se tem é a escrita de uma história da literatura brasileira, embora com abrangência e orientação distintas” (BAUMGARTEN, 2014, p.9).

Diante dessa interpelação, a historiografia da década de 1960 teceu respostas distintas: “as formulações de Hans Robert Jauss, com o seu *A história da literatura como provocação à teoria literária*, texto inaugurador da Estética da Recepção; [...] as contribuições do movimento que ficou conhecido como Nova História [...]”; as alternativas “apontadas por Siegfried Schmidt, David Perkins, Niklas Luhmann, Harro Müller, Hans Ulrich Gumbrecht, Franco Moreti, entre tantos outros” (BAUMGARTEN, 2014, p.9). No bojo deste diálogo, encontrava-se uma problematização epistemológica sobre a concepção de real e de linguagem. A partir daí, verificou-se um

[...] forte movimento cujo objetivo é repensar a escrita da história da literatura, segundo novos parâmetros [...]. Tal movimento não apenas recoloca a História da Literatura como objeto de reflexão constante no âmbito da academia, como proporciona o aparecimento de uma historiografia literária que, no seu conjunto, abdica do perfil totalizador apresentado pelas histórias da literatura de feitiço tradicional, determinando o surgimento de novas formas no historiar a literatura (BAUMGARTEN, 2014, p. 9).

Essa nova forma de historiar a literatura era fruto, portanto, de uma reformulação do saber histórico enquanto campo de investigação, que a partir de então

[...] não quer elaborar visões globais, sínteses totais da história, mas ampliar o campo da história e multiplicar seus objetos. Radicalizando o projeto dos fundadores da ligação do presente ao passado, a história toma o próprio presente como seu objeto e quer produzir um conhecimento do 'imediato'. Objetos que jamais foram considerados tematizáveis pelo historiador entram em seu campo de pesquisa. Novas alianças são feitas: com a psicanálise, a linguística, a literatura, o cinema (REIS, 1996, p. 88-89).

Desta forma, se no Brasil, até aproximadamente a década de 1970, havia perdurado o cânone literário pautado no ideário identitário nacional anteriormente mencionado, de forma articulada ao projeto global-civilizatório, as mudanças na reflexão tecida no bojo das Ciências Humanas, particularmente nas áreas da Literatura e da História, repercutiram no Brasil, ganhando novos desdobramentos:

[...] surgem publicações como *A literatura e o leitor* (Textos de estética da recepção), 1979, *Teoria da literatura em suas fontes* (1983), ambas organizadas por Luiz Costa Lima, *Estética da recepção e história da literatura* (1989), de Regina Zilberman, *História da literatura: ensaios* (1994), de Leticia Malard e outros, *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs* (1996), organização de Heidrun Krieger Olinto, que, entre muitas outras, atestam a preocupação com o repensar a escrita e o lugar da História da Literatura no plano dos estudos literários (BAUMGARTEN, 2014, p.9-10).

Trata-se de uma conjuntura em que ocorre, portanto, uma espécie de revisão da historiografia literária advinda, de forma preponderante, das constantes mudanças político-sociais que eclodiram no país nas décadas de 1960 e 1970, acompanhando as mudanças em nível mundial. De forma similar ao debate internacional, o novo enfoque absteve-se de uma visão antes pretendida como globalizante: “abrem-se, igualmente, novas possibilidades para a escrita da história da literatura brasileira que, via de regra, tem abandonado as antigas pretensões de natureza totalizadora, optando por recortes de ordem pontual, como é o caso de *Uma história do romance de 30*, de Luís Bueno” (BAUMGARTEN, 2014, p.10).

No entanto, mesmo após as mudanças, alguns gêneros permanecem mais explorados do que outros pela historiografia e teoria da Literatura, particularmente o romance e a crônica.⁸ Por sua vez, dentre os autores, Machado de Assis é uma das referências mais

⁸ [...] pode-se dizer que é, sem dúvida, o gênero mais abordado no conjunto desta produção historiográfica. Mesmo quando obras ficcionais são centrais aos focos de decifração, é à crônica que se recorre para atestar hipóteses e confirmar indícios de operações alegóricas cuja destinação é a História (CAMIOTTI; NAXARA, 2009, p.35).

pesquisadas (CAMILOTI; NAXARA, 2009, p. 36), como exemplificado pelos conhecidos trabalhos de John Gledson⁹ e de Sidney Chalhoub:¹⁰ “Os estudos de Gledson sobre Machado são declaradamente tributários das formulações de uma tradição de crítica literária no Brasil, cujo programa metodológico Silviano Santiago nomeou de ‘leitura realista da prosa’ e que tem Antonio Candido como figura de proa” (CAMILOTI; NAXARA, 2009, p. 36-37). Outro nome em destaque é o de Lima Barreto, estudado por Lília Moritz Schwarcz no livro *Lima Barreto – Triste Visionário*, de 2017.

Diante de tais caminhos, Luiz Costa Lima constata “a carência de uma reflexão comparativo-contrastiva entre a poesia e a história” e ainda para ele, “não parece exagero dizer que essa carência será um dos estigmas do Ocidente” (COSTA LIMA, 2006, p.16). Nas palavras de outro historiador:

O debate sobre os aspectos científicos e literários da representação histórica está longe de alcançar uma solução consensual, mas certamente o historiador científico parece cada vez mais pressionado a reconhecer os limites mais modestos daquilo que a ciência histórica pode realmente entregar de prático (ético) à sociedade (ARAÚJO, 2016, p.13).

Ou seja, novas sendas para uma reflexão que torne possível tal debate tornam-se cada vez mais necessárias de serem pensadas e propostas.

Uma outra senda para a reflexão

Michel de Certeau (1925-1986), historiador e psicanalista francês, autor de livros centrais para a reflexão do fazer Historiográfico e da cultura, como *A escrita da História*, *A Cultura no plural* e *A invenção do Cotidiano*, formula a expressão “ficção teórica” em sua contestação a uma determinada concepção de saber histórico vigente na academia francesa durante os anos 1960-1970, muito associadas à preocupação com a delimitação de um real empírico e referencial, a ser apreendido por uma crítica documental e transposto para uma escrita em modalidade científica. Tal formulação, embora aconteça em escritos dispersos, é melhor esboçada na reunião de artigos e conferências, reunidas em livro e publicado com o título *História e Psicanálise entre ciência e ficção*. É portanto deste livro, mais precisamente do artigo “O romance psicanalítico. História e Literatura” que parto ao tratar da noção aqui empregada. Assim, ao comentar os eventos de 1968 na França, Certeau argumentou que

⁹ GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo – uma interpretação de D. Casmurro (1984)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; *Machado de Assis: ficção e história (1986)*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003; *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Talvez seja ingênuo exigir que uma linguagem declare para o que ela existe; que um saber não jogue um outro jogo que aquele que ele anuncia; que os delegados não se doem um outro poder do que aqueles que eles receberam; que a lei não exprima outra coisa que aquilo que ela diz. Mas esta é precisamente a questão. [...] Poderíamos multiplicar os exemplos ao infinito, e encontrar por todo lugar, no Estado, na Universidade, na Igreja, um mesmo problema, que a crise de maio último tornou patente: o mal-estar (se é que é um!) que atesta uma também profunda evolução, que consiste em *levar a linguagem a sério*, ou em recusar o que torna-se um jogo, o jogo de ninguém (CERTEAU, 1994, p. 61-62) [Tradução minha] [Itálicos do autor].¹¹

Para Michel de Certeau, o saber histórico não carecia manter-se vinculado, epistemologicamente, àquelas premissas acadêmicas que ele julgava ultrapassadas, ao menos em parte expressiva. Para ele, de forma similar a outras escritas (como a psicanalítica e a dedicada a relatos de uma doença), o conhecimento histórico, entendido como “ficção teórica”, apresentaria algumas características ou configurações próprias. Passamos a seguir, a indicar alguns desses aspectos, extraídos da leitura de seus artigos.

Uma das características da ficção teórica, para Certeau, é sua configuração híbrida, pois tais textos incorporam preceitos científicos e habilidade para criação de “mitos fundadores”, ou seja, “romances”, embora também sejam portadores de referenciais de historicidade. Tal remissão ao vivido histórico, por sua vez, ocorre porque os eventos narrados encontram-se imbricados a sistemas (econômicos, políticos, sociais, ideológicos...) e em processos cronológicos, numa recorrência ao postulado da temporalidade. Logo, trata-se de um aspecto em que Certeau dialoga com a dimensão ontológica referencial ao saber histórico, identificando-a como algo existente, mas perdido, e que justamente por isso só poderia ser acedido através de evocações, por sua vez dotadas de sua própria periodicidade. Nem fato, nem ilusão, nem totalmente ficção, tal realidade apresenta-se, para ele, efetiva e intangível.

Dessa maneira, as ficções teóricas introduzem uma “diferença” ou “alteridade” no quadro científico – são “heterologias”, diz Certeau: saberes sobre o outro. Tais alteridades, por sua vez, portariam uma faceta eminentemente subversiva, pois elas atuariam não somente por contraposição ou conflito (como, por exemplo, na leitura dicotômica que antagoniza

¹¹ Cf. também “Em minha opinião, a “tomada da palavra” e o “retorno à ordem” que lhe seguiu o mostram igualmente. A acusação, pela maneira na qual ela foi expressa, e a defesa das instituições, pela forma na qual ela exerceu-se, apresentam com efeito um mesmo sintoma: *a dissociação entre o poder e a linguagem* (uma dissociação que duplica, sob um outro viés, aquela que separa a práxis e a teoria)” (CERTEAU, 1994, p. 63) [Itálicos do autor].

dominantes e dominados), mas também através de desvios, brechas, bricolagens. Com isso, seria esboçada uma dinâmica de trânsito ou movência permanente, em que os lugares identitários, ainda que constituídos, poderiam ser questionados e alterados.

Outro elemento constituinte da ficção teórica é sua composição como uma “estilística dos afetos”. Para Certeau, afeto é a forma elementar de energias pulsionais, que rege a economia do psiquismo e emerge nas paixões, na sensibilidade, tantas vezes deslocada pela ciência para a literatura e para as exacerbações psicológicas, em seu caráter marginal às sociabilidades convencionais. Mas no processo de construção do texto, aquele que escreve juntamente rememora, imagina, interpreta, significa... e em tudo isso manifesta-se o afeto por ele portado; já o ouvinte-leitor reage afetivamente a esse relato e “confessa” (reconhece) essa reação, numa dinâmica mútua (embora não simultânea) e com potencial transformador – tal escrita detém, portanto, uma faculdade performativa. A emergência desses afetos na linguagem delinea uma “língua afetiva”, genuína e transgressora, ignorada pela racionalidade científica e reprimida pela normatividade social; idioma próximo aos sonhos, ao mito, à poesia, com suas “modalizações do enunciado”. Como indica Geneviève Bollème:

[...] Nunca se escreve senão para viver, a fim de fazer face a uma situação, para explicar, justificar-se, informar, dirigir-se, apelar, queixar-se, sofrer menos, fazer-se amar, dar-se prazer [...] O relato, o escrito, o livro são aventuras de uma reivindicação existencial (BOLLÈME, 1988, p.201).

Porém na historiografia, a inclusão dos afetos não acontece como na poesia:

Depois de ter sido central na análise de uma sociedade até o final do século XVIII (até Spinoza, Hume, Locke ou Rousseau), a teoria das paixões e dos interesses foi eliminada, lentamente, pela economia objetivista que, no século XIX, acabou por substituí-la por uma interpretação racional das relações de produção [...] (CERTEAU, 2016, p.103).

Por fim, no tocante à relação da dimensão institucional com a ficção teórica, Certeau explicita que ela se processa no âmbito de um movimento de perda (exílio ou luto): surge a partir de um real que não mais existe ou que se almejava a existência, mas nunca veio a acontecer. A ficção teórica coloca-se então no lugar desse morto ou fantasma, tornando-se “autoridade”:

O que autoriza o discurso? Remeteria minhas palavras ao lugar que é [sua] condição de possibilidade [...] Porque o discurso não recorre a ‘autoridades’ não se está, entretanto, desvencilhado de uma autoridade que ele credita. Pelo contrário, quanto menos ele apresenta provas (quanto menos ele permite um controle a seus leitores ou a seus ouvintes), mais ele supõe uma creditação (CERTEAU, 1987, p. 169) [Tradução minha].

Note-se, portanto, que a noção de “autoridade” em Certeau porta sentidos muito particulares – “segundo uma bela metáfora de Michel de Certeau, a autoridade atua de forma parecida à experiência estético-criadora advinda da recepção de um filme ou de um poema - ela inaugura uma sensibilidade, uma maneira de conceber, antes inexistente; simultaneamente, aquilo que tais autoridades suscitam não é mais redutível a elas mesmas” (BUARQUE, 2005).¹² Em suma,

A leitura, portanto, ficcionaliza a História. Em contrapartida, a leitura historiciza a Ficção, na medida em que a voz narrativa situa no passado o mundo da obra.

É, pois, na refiguração do tempo que a narrativa histórica e a narrativa ficcional se interpenetram, sem se confundirem (NUNES, 1988, p.34).

Assim, atento às perguntas inicialmente colocadas neste artigo e considerando, que “como meio de cultura, a literatura é objeto de história” (NUNES, 1999, p. 117), reconheço que interpretar a poesia da mineira Adélia Luzia Prado de Freitas, ou mesmo a poesia de qualquer outro escritor é uma tarefa nada fácil, mas que tornou-se instigante e potencialmente rica de possibilidade ao ser vista sob a ótica da noção certeuniana.

Afinal, investigar tal poesia imbrica a abordagem com imaginários e modos de subjetivação, constituídos e expressos através da escrita, que ultrapassam supostos limites de objetividade científica do campo como historiográfico. Tais “bricolagens” evidenciam-se na poesia de Adélia Prado, em instâncias de significação como a temporalidade, a espacialidade, as sociabilidades cotidianas, a feminilidade.

Adélia Prado, em sua poesia, não se atém a apenas um regime temporal. A poetisa traz em seu discurso uma voz evocativa do passado, das tradições interioranas e cotidianas dotando as imagens poéticas de significação e se aproximando de um tempo onde a história em certa medida, é ainda vista como mestra da vida, ou em outras palavras, como orientadora. Contudo, ainda que em certa medida, passível de crítica, uma vez que próxima a utopia de um passado tradicionalista: “hoje está tudo como antigamente era bom” (PRADO, 2016, p. 48), a poetisa não se retém nesta postura. Cria antes uma complexa imbricação de temporalidades, onde há espaço para o devir e as potencialidades da espera, da esperança. Neste sentido, Adélia cria uma bricolagem de vários referenciais, o que ao cabo,

¹² “L’Autorité ‘autorise’ – ce n’est pas tout à fait une lapalissade. Elle rend possible ce qui ne l’était pas. A cet égard, elle ‘permet’ autre chose, à la manière dont un poème ou un film inaugure une perception qui n’eut pas été possible sans lui: après, on ne voit plus, on ne pense plus de même façon” (CERTEAU, 1987, p. 110-111).

liga-se à noção certeuniana de ficção teórica, uma vez que forma em sua trama, uma configuração híbrida prenhe de significados de uma existência que se diz, ou melhor, que se poetiza ao fixar na escrita experiências por ela vivenciadas, redescrivendo “modalidades do tempo humano” (NUNES, 1988, p. 25). A poesia da mineira, seria desta forma, presente, tradicional e utópica. Muitas de suas poesias acionam elementos que existiram no passado, mas que deveriam perdurar, uma vez que dariam sentidos a existência, como expresso no poema *Momento*:

Enquanto eu fiquei alegre, permaneceram
um bule azul com um descascado no bico,
uma garrafa de pimenta pelo meio,
um latido e um céu limpidíssimo
com recém-feitas estrelas.
Resistiram nos seus lugares, em seus ofícios,
constituindo o mundo pra mim, anteparo
para o que foi um acometimento:
súbito é bom ter um corpo pra rir e sacudir a cabeça. A vida é mais tempo
alegre do que triste. Melhor é ser (PRADO, 2016, p. 39).

E em poemas como *Clareira* (PRADO, 2016, p. 33), *Bucólica Nostálgica* (PRADO, 2016, p. 37), *Círculo* (PRADO, 2016, p. 20) e *Para Comer depois* (PRADO, 2016, p. 38), que a título de exemplificação aqui mencionamos como textos onde tais configurações temporais estão expressas. Neles, o saudosismo, a vida interiorana e tradicional são as temáticas de fundo. Assim como em *Leitura* (PRADO, 2016, p. 22), *O dia da ira* (PRADO, 2016, p. 26) e *Ovos de Páscoa* (PRADO, 2016, p. 29), onde o que é expressado é a espera e a potencialidade do devir:

LEITURA

Era um quintal ensombrado, murado alto de pedras.
As macieiras tinham maçãs temporãs, a casca vermelha
de escuríssimo vinho, o gosto caprichado das coisas
fora do seu tempo desejadas.

Ao longo do muro eram talhas de barro.
Eu comia maçãs, bebia a melhor água, sabendo
que lá fora o mundo havia parado de calor.
Depois encontrei meu pai, que me fez festa
e não estava doente e nem tinha morrido, por isso ria,
os lábios de novo e a cara circulados de sangue,
caçava o que fazer pra gastar sua alegria:
onde está meu formão, minha vara de pescar,
cadê minha binga, meu vidro de café?
Eu sempre sonho que uma coisa gera,
nunca nada está morto.
O que não parece vivo, aduba.
O que parece estático, espera (PRADO, 2016, p. 22).

O DIA DA IRA

As coisas tristíssimas,
O rolomag, o teste de Cooper,
a mole carne tremente entre as coxas,
vão desaparecer quando soar a trombeta.
Levantaremos como deuses,
com a beleza das coisas que nunca pecaram,
como árvores, como pedras,
exatos e dignos de amor.
Quando o anjo passar,
o furacão ardente do seu voo
vai secar as feridas,
as secreções desviadas dos seus vasos
e as lágrimas.

As cidades restarão silenciosas, sem um veículo:

apenas os pés de seus habitantes

reunidos na praça, à espera de seus nomes(PRADO, 2016, p. 26)

OVOS DA PÁSCOA

O ovo não cabe em si, túrgido de promessa,

a natureza morta palpitante.

Branco tão frágil guarda um sol ocluso,

o que vai viver, espera (PRADO, 2016, p. 28).

Notemos que em *Leitura* e em *Ovos de Páscoa* há remissão a um certo tempo sagrado, aproximando-a novamente à uma herança cristã, onde “a fenomenologia do tempo humano está de fato embutida na eternidade de um Deus criador de todos os tempos, de modo que a distensão deve também se compreender como condição própria do homem na terra” (HARTOG, 2019, p. 87).

O “ovo, túrgido de promessa”, onde o “que vai viver, espera”, assim como as “esperas” das temporalidades poéticas adelianas, constituem uma metáfora para uma tensão existencial que também está instaurada na religiosidade e na temporalidade do Novo Testamento bíblico:

Mais ainda que esse presente escatológico, o que é *novo* no Novo Testamento é a tensão instaurada ‘entre o presente e o futuro, entre o acontecimento decisivo pelo qual *tudo já está* concluído e o desfecho final que mostra bem que *nem tudo está ainda acabado*’. Dessa tensão instauradora decorre a ordem propriamente cristã do tempo e a história como história da salvação. Na qual o *já* e o *ainda não* se equilibram como os dois pratos de uma balança. O *já* pesa mais, tendo em vista que com ele a história se precipitou: estamos para sempre além do ‘ponto decisivo’. O mundo está salvo. Segue-se que o presente, aberto pelo *já*, é um tempo privilegiado” (HARTOG, 2019, p. 90).

Outro ponto a ser aqui ressaltado é o relativo ao espaço e suas concepções. Categoria imprescindível para o fazer literário, sem o qual por exemplo, o conto “*A terceira Margem do Rio*” de Guimarães Rosa torna-se ininteligível, o espaço é um elemento fundante e essencial para a História, e vem cada vez mais, sendo alvo por parte de discussões da historiografia que o pensa não mais apenas sob a égide do geográfico, mas pela do sensitivo, onírico, vivencial e imaginário. A poesia de Adélia, não fugindo a regra, traz em sua tessitura,

inúmeras referências espaciais que se sobrepõe umas às outras, criando algo bem peculiar e redimensionador do real experienciado. Adélia traz o espaço através das sociabilidades cotidianas, para as quais confere caráter único e significante:

[...] o espaço da casa singulariza-se; nele, a sua irredutibilidade dar-se-ia sob a forma como a autora constrói o seu caráter ordinário, através de atos humanos tão corriqueiros, mas que parecem configurar centros de simplicidade, responsáveis pela representação da estrutura elementar dos eventos que abriga” (FONTENELE, 2001, p.50).

Assim, enquanto *movência*, os espaços adelianos remetem tanto ao físico quanto ao imaginário. Como exemplos podemos citar os poemas *A casa* (PRADO, 2016, p.109-110) e *Janela* (PRADO, 2016, p. 77).

Em Adélia contudo, o espaço referenciado é o espaço mineiro da vida pacata de uma cidade pequena perpassada de referências ao passado:

Adélia Prado é uma importante voz feminina da poesia brasileira na nossa atualidade. É indiscutível que sua produção poética tem as marcas da beleza da sociedade interiorana, do universo feminino, da simplicidade e da complexidade do mundo. Sua poesia é delicada, feminina e fêmea, família e mundo, religiosa e reflexiva. Em resumo, sua poesia é brasileira interiorana e especificamente mineira; nela, estão presentes os cheiros, os sabores, as cores da terra da poetisa, bem como sua gente, o passado, os traços culturais, os códigos sociais e a paisagem do seu espaço geográfico. Adélia recria, ressignifica Minas em sua poesia com uma paixão simples (GUEDES, 2012, p. 234).

Todavia, a mineiridade interiorana de Adélia, ao dizer seus espaços, priorizou cotidianos e tradições tecidos de afetos, não a perpetuação de hierarquias e status sociais (MASSI, 2016, p. 511). Tais espaços, são muitas vezes da dimensão dos sonhos, mas operados no vivido a partir da escrita. Por isso, há em Adélia, um alargamento do real no que tange a espacialidade, o que cria uma espécie de *entre-lugar*, ou seja, novamente uma configuração híbrida que remete à uma criação que é re-criadora do real, passível portanto, de ser entendida à luz da ficção teórica. Poemas como *Modinha Amor feinho* (PRADO, 2016, p. 70) e *O retrato* (PRADO, 2016, p. 89), dos quais só transcrevemos o primeiro, são sintomáticos do que aqui pretendi dizer:

MODINHA

Quando eu fico aguda de saudade eu viro só ouvido.

Encosto ele no ar, na terra, no canto das paredes,

pra escutar nefando, a palavra nefando.

Um homem que já morreu cantava “a flor mimosa
desbotar não pode, nem mesmo o tempo
de um poder nefando” — mais dolorido canta
quem não é cantor.
A alma dele zoando de tão grave, tocável
como o ar de sua garganta vibrando.
No juízo final, se Deus permitisse,
eu acordava um morto com este canto,
mais que o anjo com sua trombeta (PRADO, 2016, p. 91-92).

Ou seja, mesclando cotidiano, nostalgias, vida interiorana, afetos, a mineiridade, na escrita adeliãna, mais do que uma referência a uma identidade histórico-cultural stricto sensu, configura-se um “mito fundador”, logo, “romance” portador de historicidade que mobiliza em si vários referenciais temporais e históricos. Adélia cria assim uma mineiridade memorial na poesia. Um memorial pode ser entendido como um lugar, um objeto ou um escrito, onde há a remissão/menção a algo a ser lembrado, logo, temos um espaço literário bem peculiar.

Quanto a feminilidade, esta é uma dimensão especialmente central da poesia adeliãna.¹³ Já no primeiro poema de *Bagagem*, Adélia termina com uma sentença lapidar e sintomática disso: “Mulher é desdobrável. Eu sou” (PRADO, 2016, p.17). Assim, e pelos demais poemas, onde tal condição é anunciada, é possível ver na poesia de Adélia Prado, uma mulher que se percebe nos papéis convencionais atribuídos a sua condição (esposa, mãe, dona de casa...): “Sou é mulher do povo, mãe de filhos, Adélia” (PRADO, 2016, p. 17), como expresso em poemas como *Para o zé* (PRADO, 2016, p. 74), onde a escritora homenageia seu marido. Mas que ao invés de puramente se submeter, inverte e performatiza sua condição, reelaborando-se e potencializando-se nela, ou seja, portando aberturas inauditas de sentimentos e desejos em uma identidade definida antes pelo *entre*, do que pelo único,¹⁴ como

¹³ [...] impossível não perceber na poesia de *Bagagem* uma dicção ideologicamente marcada pelo discurso atribuído moral e socialmente ao gênero feminino que ganha ênfase ao ser colocado na boca de seu eu-lírico: quase sempre mulher e dona de casa, confinada ao mundo privado do lar (MARQUEZ, 2012, p. 45).

¹⁴ “O desafio de teorizar o surgimento dos interstícios ou dos espaços *in-between*, alojando identidades mais híbridas, reside em encontrar linguagens apropriadas ou tropos discursivos através dos quais se possa representar ou simbolizar as posicionalidades e experiências múltiplas, variáveis e conflitantes do sujeito (ex/cêntrico). Por exemplo, Bhabha usa o termo ‘terceiro espaço’ ao se referir àquele lugar produtivo (ou situação limiar, evitando qualquer política de polaridade) onde os sujeitos produzem não suas identidades, mas suas identificações – indicando um ‘processo de identificação com e através de outro objeto, um objeto de

no poema *Briga no beco* (PRADO, 2016, p. 71), onde a mulher, em primeira pessoa, briga com o marido e a amante dele, sendo ovacionada pelas demais mulheres que presenciaram a cena:

BRIGA NO BECO

Encontrei meu marido às três horas da tarde
com uma loura oxidada.
Tomavam guaraná e riam, os desavergonhados.
Ataquei-os por trás com mão e palavras
que nunca suspeitei conhecer.
Voaram três dentes e gritei, esmurrei-os e gritei,
gritei meu urro, a torrente de impropérios.
Ajuntou gente, escureceu o sol,
a poeira adensou como cortina.
Ele me pegava nos braços, nas pernas, na cintura,
sem me reter, peixe-piranha, bicho pior, fêmea-ofendida,
uivava.
Gritei, gritei, gritei, até a cratera exaurir-se.
Quando não pude mais fiquei rígida,
as mãos na garganta dele, nós dois petrificados,
eu sem tocar o chão. Quando abri os olhos,
as mulheres abriam alas, me tocando, me pedindo graças.
Desde então faço milagres (PRADO, 2016, p. 71).

Tal “mixagem”, não deixou de ser notada pela crítica literária da época, como mostra o trecho publicado originalmente no *Suplemento literário de Minas Gerais* em 23 de junho de 1984:

[...] Adélia se define, acima de tudo, enquanto mulher. E mulher que já não mais se utiliza (como Bruna Lombardi ou Ângela Melin, que lhe são pares,

alteridade, em um ponto onde [...] o sujeito é sempre ambivalente, devido à intervenção daquela alteridade’ (COSTA, 2002, p. 83).

embora não se lhe comparem) dos arquétipos masculinos de fala. Poderão arguir alguns que estamos aqui a prenunciar o renascimento de uma literatura feminina ou feminista. Não é bem isto, conquanto assim o seja sob certo prisma, pois o fato é que essa linguagem poética ‘feminina’ sempre existiu e agora conscientiza-se, sendo hoje responsável por uma *weltanschauung* que afronta os paradigmas a partir dos quais se dilacera dilematicamente a visão masculina do mundo. É a linguagem das mulheres que todos os riscos e a qualquer custo, se assumiram ideológica e socialmente como tais (JUNQUEIRA *apud* MORET, 1993, p. 13-14).

Em outras palavras, ser mulher é uma condição fundante de sua escrita, ou melhor dizendo, é um mito fundador que instaura sentidos à experiência vivida e poetizada, criando e inaugurando uma nova forma de relação com o mundo e as coisas. Assim, ele pode ser entendido como “evento instaurador”, em termos de Michel de Certeau, da ficção teórica.

Dadas as “configurações híbridas”, temporais e espaciais, e o evento instaurador, enxergados na escrita adeliana, vê-se que a ficção teórica pensada por Certeau é uma profícua senda para a investigação da poesia e da literatura. Afinal, nas palavras dele próprio “[...] Sem romance, não há historicidade” (CERTEAU, 2016, p. 96).

Considerações finais

Esboçados alguns dos caminhos já traçados nessa empreitada interdisciplinar que aborda história e literatura em suas relações e colocando a “ficção teórica” como uma possível nova senda para a investigação aplicando o conceito na investigação da poesia adeliana, cheguei a algumas considerações que aqui pontuo: a bordar a poesia de Adélia Prado ou de outros autores em um diálogo com a reflexão historiográfica apresenta-se, portanto, como uma tarefa de investigação que necessita de uma movência epistêmica que não desconsidere a riqueza que se constitui os diferentes processos de significação formulados através da linguagem escrita e vinculados a noções como representação, mimeses, ficção, teoria. O uso da ficção teórica é apenas uma das vias possíveis de abordagem do literário pelo historiográfico, ou seja, constitui-se em uma ferramenta heurística que toma em consideração a análise do contexto de produção da obra analisada em cotejamento com reflexões de teoria literária e historiográfica.¹⁵

¹⁵ Para além de uma poética do entre lugares, de bricolagens temporais e uma vez que a poesia adeliana remete à práticas cotidianas e se presta a diferentes interpretações, podemos também proceder uma leitura que a entenda como dentro do que Jacques Rancière denomina partilha do sensível: “Denomino partilha do sensível o sistema de evidências que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e

Desta forma, penso ser a noção de “Ficção teórica” um rico recurso conceitual-operatório nas mãos de um historiador que se debruce sobre o literário, sobretudo em sua manifestação poética. Não apenas por que “a história é uma parte essencial do mundo” (RÜSEN, 2016, p. 93), mas por que a literatura, “é fator indispensável de humanização” (CANDIDO, 2007, p. 29).

Não se trata, absolutamente, de proclamar uma indiferenciação que desfaça o próprio de cada um desses discursos, mas de afirmar que, apesar daquilo que os separa, existe uma zona de contato entre o historiográfico e o literário que, ao ser negligenciada, revela a renúncia ao diálogo. É este que cabe promover (ELMIR, 2016, p. 194).

Este artigo colocou-se assim como exercício de reflexão e movência. Portanto, mais suscitando do que fechando questões acerca das temáticas abordadas, pretendi aqui abrir poros de investigação ao historiador que se aventure pela literatura.

Referências

- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Prefácio. In: Jurandir Malerba. (Org.). **História e narrativa: A ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016. p.7-14.
- BACAMARTE, Marcus. Gandavo e os Clássicos: entre mimese e imitatio. **Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, [S. l.], p. 183–187, 1992. Disponível em: <<https://www.revista.classica.org.br/classica/article/view/831>>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. A historiografia literária brasileira: experiências contemporâneas. **Navegações**.v. 7, n.1, p.8-15, 2014.
- BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BUARQUE, Virgínia. **Paixão de santidade: o epistolário de Madre Maria José de Jesus**, odc. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Cadernos de Estudos ENFF**. Literatura e formação da consciência. Guararema, Escola nacional Florestan Fernandes: 2007. p.21-49.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. Uma carta que veio das minas: natureza e mineração do ouro na mobilização de preceitos morais e políticos no século XVIII. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.181-198, jan.-mar. 2020.
- CERTEAU, Michel de. **La Faiblesse de Croire**. Paris: Seuil, 1987.
- _____. **La prise de parole et l'autresécrits politiques**. Paris: Du Seuil, 1994.

outros tomam parte nessa partilha ” (RANCIÈRE, 2009, p. 15). No entanto, como apontado, esta é uma outra senda a ser melhor explorada em outro momento. Aqui a citamos a fim de justamente suscitar novas imersões na temática.

- _____. **História e Psicanálise** entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CHAGAS, Pedro Dolabela. **“1970”**: Arte e pensamento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mai. 2021.
- COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ELMIR, Cláudio Pereira. O enredo como categoria e como método de análise. In: Jurandir Malerba. (Org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2016, v. 1, p. 193-211.
- FONTENELE, Léria Bezerra. O espaço adeliano. **Revista de Letras**, v. 1, n. 23, p.46-52, 2001.
- GUEDES. Amadeu da Silva. Traços da cultura e da história de Minas no olhar do eu poético de Adélia Prado. **CES Revista** (CES/JF. Impresso), v.1, p. 223-248, 2012.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- MALERBA, Jurandir. Ciência e arte na escritura histórica. In: Jurandir Malerba. (Org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 15-33.
- MARQUEZ, Maira Carmo. **A poesia de Bagagem, de Adélia Prado**. 2012. Dissertação (Mestrado em Teoria literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MASSI, Augusto. Posfácio Móbile para Adélia Prado. In: PRADO, Adélia. **Poesia reunida**. Rio de Janeiro: Record, 2016. p.495-526.
- MORET, Ana Lucia. **Tradição e modernidade na obra de Adelia Prado**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1993. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269889>>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). **Narrativa, ficção e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 9-35.
- _____. **Hermenêutica e poesia – o pensamento poético**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- PRADO, Adélia. **Poesia reunida**. Rio de janeiro: Record, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. 2ª ed. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2009.
- REIS, José Carlos. **Annales: a renovação da História**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1996.

RÜSEN, Jörn. Retórica e estética da história: Leopold von Ranke. In: Jurandir Malerba. (Org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 85-103.